

nome	instituicao	proposta	descricao	justificativa
Priscilla Valler dos Santos	Vigilância em Saúde PMF	Revisão do Plano de Saneamento	Meta 5 Ação 6 - Incluir a fiscalização no Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva do sistema de drenagem urbana, em conformidade com a Lei 11445/07.	O momento em que ocorre a manutenção da rede de drenagem urbana é o melhor momento para identificação de ligações irregulares à rede de drenagem, com adoção de medidas corretivas e de responsabilização do usuário.
Matheus Feldstein Haddad	Gab Vereador Lino Peres	Revisão do Plano de Saneamento	Modificação de redação na Ação 1/Ação 2/Ação 3 de Criação de Grupo de Técnico para elaborar a (...) para "Criação de Grupo Técnico "E" elaboração da (...)". Com isso	perde-se o sentido também da Ação 4
Vera Lucia Bridi	Associação de Marinheiros e Pescadores Farol	Política de Saneamento	(limite de 80 palavras)Realizar oficinas e Audiências Públicas, nas comunidades, com a presença dos Grupos Técnicos, para possibilitar a participação popular nas fases de elaboração, execução e controle do Plano Diretor e da Política Municipal de Drenagem e Manejo das águas Pluviais Urbanas.	A gestão participativa permite que sejam elaborados planos que considerem aspectos de políticas públicas e inclusão social que poderiam não ser consideradas pelo Grupo Técnico .
Vera Lucia Bridi	Associação de Marinheiros e Pescadores Farol	Revisão do Plano de Saneamento	Elaborar Plano de Contingência que considere o tratamento das águas de drenagem pluvial nas regiões em que a fiscalização detecte que a rede encontra-se comprometida com drenagens de esgotamentos sanitários ou outros contaminantes.	Não esta previsto o tratamento de águas pluviais contaminadas por ligações clandestinas de esgotamentos sanitários no Plano atual de tratamento de esgotamento sanitário.
Vera Lucia Bridi	Associação de Mulheres maricultoras e Ambient	Revisão do Plano de Saneamento	Demarcar buffers de cursos de água naturais, canais de drenagem artificiais, áreas de risco de inundação e erosão, em todo o território municipal, a fim de possibilitar a projeção de sistemas de drenagens capazes de diminuir os riscos em catástrofes naturais.	A elaboração de um Plano Diretor pressupõe a demarcação destes condicionantes para projeção das estratégias para evitar riscos de catástrofes naturais e degradação ambiental.
Vera Lucia Bridi	Associação de Mulheres Aquicultoras e Ambien	Política de Saneamento	O Conselho de Saneamento e Conselho da Cidade devem propor a elaboração de critérios para licenciamento de aterramentos e canais de drenagem em áreas de recarga dos aquíferos de forma a garantir a capacidade de suporte destes ecossistemas.	As reservas naturais para abastecimento de água potável para o município encontra-se reduzida, exigindo medidas protetivas destes mananciais.
Vera Lucia Bridi	Associação de Marinheiros e Pescadores Farol	Política de Saneamento	Implementar, no Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais, Sistemas de coleta, tratamento, armazenamento e distribuição de águas pluviais e de pequenos mananciais,	Possibilitar o uso racional de fontes de água.

Felipe Paulo de Oliveira	IPUF	Revisão do Plano de Saneamento	Revisão da carta de áreas suscetíveis a inundações do Município e revisão das diretrizes de uso e ocupação do território nestes locais	<p>No decorrer dos últimos anos o Município tem se deparado com constantes solicitações de atualização deste produto, sendo apontadas divergências entre a realidade e o mapeamento. Ainda, o Plano Diretor, em seu artigo 33, dispõe que "o desenvolvimento urbano do Município, no que tange à Política Municipal Integrado de Saneamento Básico, deverá incorporar nas suas proposições novos critérios de sustentabilidade, baseando-se nos seguintes princípios:</p> <p>[...]</p> <p>X - preservação e recuperação das áreas de interesse para a drenagem, tais como várzeas, fundos de vale, faixas sanitárias dos cursos de água, áreas sujeitas a inundações e cabeceiras de drenagem.</p> <p>Sugere-se, assim, que o Município tenha, entre suas metas, a atualização deste produto.</p>
Rodnei José Elias	Sociedade Civil	Revisão do Plano de Saneamento	Executar a partir de 2018 manutenção corretiva e preventiva do sistema de drenagem urbana construído. Utilizando os mapas e informações disponíveis atualmente. Resgatando dados da COMCAP e histórico de alagamentos, por exemplo.	<p>Em virtude da abrangência e severidade. Dos riscos e danos causados a população os alagamentos hora frequentes em diversas regiões de Florianópolis. Execução de manutenções corretiva e preventiva não podem aguardar elaboração de plano específico, datado de 2020. Paralelamente as manutenções devem ocorrer, evitando perdas de vidas e financeiras.</p>
Eugênio Luiz Gonçalves	Conselho Comunitário da Costa de Dentro	Política de Saneamento	Estudo minucioso e criterioso da macrodrenagem por profissionais especialistas tendo em vista ser a área passível de danos ambientais irreversíveis, para que parte importante da área possa continuar com suas características naturais e originais inundadas e inundáveis, conforme Simas, P. H. et al, a partir de 2019.	<p>A Bacia Hidrográfica Contígua do Pântano do Sul possui este nome em reconhecimento geográfico "toponímia dos primeiros naturalista", em dar nomes relacionados às suas descobertas, registros e características naturais e culturais da região. O Pântano do Sul foi corretamente assim nomeado, tendo em vista que após 20 anos de estudos científicos conjunto com outros pesquisadores e instituições, ter participado em mais de uma dezena de perfurações, sondagens, inventários, análises ambientais e nos últimos anos em análises estratigráficas "Palinologia", Simas, P. H. confirma a tese de que o Pântano do Sul é no sentido estrito da definição adotada pela Ciência Ecologia classificado como verdadeiro "Pântano". Documento técnico apresentado protocolado na Prefeitura Municipal de Florianópolis, sob o número E034844/2018, bem como junto a secretaria da 2ª Conferência de Saneamento Básico.</p>
Carlos Berenhaus er Leite	Sinduscon	Revisão do Plano de Saneamento	Permitir a participação de voluntários nos Grupos Técnicos previstos nas Metas 1,2,3 do Programa de gerenciamento dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais	tornar mais transparente o trabalho destes grupos

Fernando Sant'Anna	UFSC	Revisão do Plano de Saneamento	Desenvolver programa de controle de erosão em locais onde o solo não apresenta estabilidade e cujo colapso pode provocar assoreamento de canais de drenagem e redes pluviais	A erosão do solo pode provocar assoreamento importante de canais de drenagem, galerias e redes pluviais. Medidas preventivas de controle de erosão podem evitar grandes gastos com a limpeza do sistema de drenagem.
Fernando Sant'Anna	UFSC	Revisão do Plano de Saneamento	Recomendar lei municipal obrigando proprietários a tomarem medidas que evitem erosão ao fazerem movimentações de terra em seus terrenos.	Movimentações de terra ou mesmo o desmatamento podem provocar erosões em terrenos, mesmo situados em áreas planas, que levem ao assoreamento de canais e redes de drenagem. Considerando que a cidade de Florianópolis ocupa área com grandes elevações topográficas, o risco de erosão de encostas é grande, o que pode resultar em assoreamento de canais de drenagem.
Fernando Sant'Anna	UFSC	Revisão do Plano de Saneamento	Estabelecer parceria com a COMCAP para o recolhimento sistemático de resíduos sólidos em áreas próximas a canais de drenagem.	Em ocasiões de grande chuvas em Florianópolis, é comum que resíduos sólidos, principalmente, garrafas e sacos plásticos obstruam canais de drenagem contribuindo para o alagamento da região em seu entorno. Um programa de coleta seletiva intensivo nesses locais pode contribuir enormemente para evitar alagamentos.
Rodrigo de Pinho Franco	CALESA e NEAmb	Revisão do Plano de Saneamento	(Enquadraria como uma ação dentro da Meta 9: Recuperação de APP's) Manual de Colheita e Germinação de Sementes Nativas: Junto ao que se refere ao Programa de Recuperação de APP's, ampliar as ações utilizando este manual como um dos instrumentos para atingir os objetivos, como proteção de nascentes, encostas e áreas de preservação	Responsável: PMF Prazo: 2020 Baseando-se sumariamente nos princípios que a Lei nº 12651/12 (Novo Código Florestal) institui, destaca-se a importância da manutenção das Florestas Nativas na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Acredita-se que a experiência (relatórios mensais e estudos/projetos) obtida com a atuação do grupo técnico (Ação 11 complementada com a outra sugestão) seja o suficiente para conceber o Manual de Colheita e Germinação de Sementes Nativas (Como, Quando e Onde colher, Como, Quando e Onde germinar e cultivar, Distribuição de mudas, Planio e Replântio). Este material deve apresentar conteúdos e ilustrações didáticos, assim pluralizando conhecimentos e criando uma ferramenta de Educação Ambiental.

Rodrigo de Pinho Franco	CALESA e NEAmb	Revisão do Plano de Saneamento	(Enquadraria como complemento da Ação 11) Grupo técnico para elaboração de Plano de Recomposição da Vegetação Nativa (PRVN) em APP's (Diagnóstico, Prognóstico, Ações), estabelecendo cronogramas, definindo áreas prioritárias para implementação de projetos, gestão dos Viveiros Municipais existentes (Lagoa do Peri, Rio Vermelho, entre outros)	Responsável: PMF Prazo: 2018 Equipe técnica capacitada para realizar todos o estudos necessários para a elaboração desse PRVN. Sugere-se realizar estudos detalhados acerca da tipologia, características e histórico da Floresta de Mata Atlântica junto de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais da região, pois o conhecimento destes deve ser valorizado e repassado para gerações futuras. Paralelo a isso, as informações conseguidas podem ser compiladas em um Manual de Colheita e Germinação de Sementes Nativas (Ação proposta como incremento da Meta 9)
Rodrigo de Pinho Franco	CALESA e NEAmb	Revisão do Plano de Saneamento	(Enquadraria como uma ação da meta 9: Programa de Proteção e Recuperação de APP's) Viveiros Municipais de Mudanças Nativas: apoio ao viveiros existentes a fim de criar uma rede comum entre eles	Responsável: PMF Prazo: 2020 Estímulo através de subsídios financeiros e editais para compra de materiais e ferramentas. Os espaços existentes devem priorizar estruturas e técnicas construtivas que contenham a bioconstrução como base e ser um espaço educador, aberto e de livre circulação e convívio, integrando a sociedade civil às práticas desenvolvidas. As mudas cultivadas devem ser utilizadas para recuperação de áreas degradadas e reflorestamento, auxiliando o projeto "Árvores Nativas de Floripa" para o cumprimento das diretrizes e objetivos da Lei Municipal 9097/2012
Julius Tortoza	Sociedade civil	Política de Saneamento	Realizar levantamento e eliminar pontos onde há acúmulo de água das chuvas formando poças perigosas ao trânsito de veículos. Principalmente nas vias principais como a Via Expressa Sul.	Realizar obras para escoamento de locais onde formam poças após chuvas. Para a segurança no trânsito.
Julius Tortoza	Sociedade Civil	Política de Saneamento	Fazer o tratamento das águas pluviais desviando, onde possível, para o sistema de esgotamento sanitário e estações de tratamento de esgoto. Adotar sistema de comportas para dias de chuva.	Não permitir que a rede de águas pluviais contaminadas com esgotos sanitário chegue ao meio ambiente. Medida ambiental e relacionada com a saúde.